

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SALUS EMPREENDIMENTOS LOGÍSTICOS II S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

SALUS EMPREENDIMENTOS LOGÍSTICOS II S.A., sociedade sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 253, conjunto 37, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.015.875/0001-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social e doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

PENTÁGONO S.A., DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, nomeado neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão e doravante denominado simplesmente "Agente Fiduciário";

CONSIDERANDO QUE:

- a) com o objetivo de melhor atender à sua demanda por transportes de carga, a COPEBRÁS LTDA., sociedade com sede na Av. Paulista, 2.300, 10º andar – sala 5, no município de São Paulo/SP, CEP 01.310-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.567.202/0003-82, e filiais no Estado de São Paulo, no município de Cubatão, na Rodovia Cônego Domenico Rangoni (SP-055) km 264, Oeste, Bairro Piaçaguera, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.567.202/0001-10 e no Estado de Goiás, no município de Catalão, na Fazenda Ouvidor dos Cláudios, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.567.202/0006-25 ("Copebrás") solicitou à Emissora que adquirisse e a ela locasse 25 (vinte e cinco) locomotivas ("Locomotivas");
- b) em atendimento à solicitação da Copebrás e com o objetivo de desenvolver um projeto de infraestrutura no setor de transportes, a Emissora, por meio do *Contrato de Fornecimento de 25 Locomotivas SD40-2 e SD40-2T*, celebrado em 12 de agosto de 2011, se comprometeu a adquirir as Locomotivas da MGE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS LTDA., com sede na Rua George Rexroth, nº 609, Bloco D, conjuntos 1 e 2, Jardim Padre Anchieta, na cidade de Diadema, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.151.258/0001-60 ("MGE"), que, por sua vez, aceitou fornecê-las ("Contrato de Fornecimento");
- c) a locação das Locomotivas pela Emissora à Copebrás foi formalizada em 1º de julho de 2011, e, posteriormente, aditada em 12 de agosto de 2011, por meio da celebração do *Contrato de Locação de Locomotivas e Outras Avenças* ("Contrato de Locação");

- d) como a Emissora adquiriu as Locomotivas exclusivamente para fins de locação a terceiros, a Emissora objetiva mantê-las locadas pelo maior prazo possível, tendo em 12 de agosto de 2011, celebrado com a FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A., sociedade anônima com sede na Rua Sapucaí, n.º 383, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.924.429/0001-75 ("FCA") e, na qualidade de interveniente anuente, com a Vale Operações Ferroviárias, sociedade com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha, n.º 26, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 45.276.907/0001-28 ("VOF"), o *Contrato de Locação Sob Condição*, pelo qual ficou ajustado que, na hipótese de rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Locação, as Locomotivas serão imediatamente locadas à FCA ("Contrato de Locação sob Condição");
- e) como os aluguéis estipulados no Contrato de Locação e no Contrato de Locação sob Condição constituem fluxo necessário para viabilizar o financiamento da aquisição das Locomotivas, tais instrumentos asseguram à Emissora o recebimento integral de todos os valores relativos aos aluguéis, em relação ao prazo integral previsto para a locação, independentemente da ocorrência de quaisquer fatos que reduzam a quantidade ou o valor dos bens locados, incluindo as hipóteses de não-entrega ou inexistência de uma ou mais Locomotivas, ou que gerem a sua rescisão;
- f) a Emissora tem interesse em poder vender as Locomotivas tão logo estas deixem de ser locadas a terceiros, tendo, portanto, em 12 de agosto de 2011, celebrado com a VOF o *Termo de Direito de Preferência e Outras Avenças*, pelo qual, em linhas gerais, a VOF se comprometeu a adquirir as Locomotivas assim que a Emissora desejar vendê-las, desde que não mais estejam locadas a terceiros ("Opção de Venda"); e
- g) em vista do disposto acima, as Locomotivas poderão ser vendidas à VOF, a critério da Emissora, no caso de rescisão do Contrato de Locação e do Contrato de Locação Sob Condição, ou caso as locações sejam extintas pelo decurso do prazo;

celebram a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, Com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Salus Empreendimentos Logísticos II S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo:

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1 Os termos definidos e expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído no Anexo I desta Escritura.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 4 de novembro de 2011.

3. DOS REQUISITOS

3.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação

3.1.1.1 A ata da referida Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente Emissão, será arquivada na JUCESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio e da Indústria do Estado de São de Paulo (DCI) , conforme o artigo 62, inciso I da Lei nº 6.404/76.

3.1.2 Inscrição da Escritura

3.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, conforme disposto do artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76.

3.1.3 Registro na CVM

3.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.1.4 Registro na ANBIMA

3.1.4.1 A Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 Objeto Social da Emissora

4.1.1 A Emissora tem por objeto social a locação de (a) locomotivas; e (b) dispositivos, equipamentos, componentes e acessórios que compõem as Locomotivas; para posterior locação e/ou cessão dos referidos bens e/ou dos direitos a eles relacionados e a respectiva gestão de tais bens para terceiros.

4.2 Número da Emissão

4.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.3 Número de Séries

4.3.1 A Emissão será realizada em série única.

4.4 Montante da Emissão

4.4.1 O montante total da emissão será de R\$105.997.830,75 (cento e cinco milhões, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta reais e setenta e cinco centavos), na Data de Emissão.

4.5 Quantidade de Debêntures

4.5.1 Serão emitidas 315 (trezentas e quinze) Debêntures.

4.6 Banco Mandatário e Instituição Depositária

4.6.1 O Banco Citibank S.A. será tanto o Banco Mandatário como a Instituição Depositária das Debêntures.

4.7 Destinação dos Recursos

4.7.1 Os recursos captados por meio da presente Emissão terão a seguinte destinação:

a) R\$92.668.875,00 (noventa e dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais) serão direcionados ao desenvolvimento de um projeto de infraestrutura no setor de transportes, o que corresponde ao pagamento pela aquisição das Locomotivas, a serem locadas à Copebrás e à FCA; e

b) o montante remanescente será utilizado para fazer frente aos custos da operação.

4.8 Registro para Distribuição e Negociação

4.8.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do módulo SDT - Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a liquidação financeira realizada por meio da CETIP.

4.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor,

nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09 e do cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09. Somente Investidores Qualificados poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 15 da Instrução CVM nº 476/09.

4.8.3 Sem prejuízo do disposto no item acima, as Debêntures serão registradas para negociação no módulo SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a custódia eletrônica e a liquidação financeira das Debêntures realizadas pela CETIP.

4.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

4.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de melhores esforços, observados os termos e condições previstos no Contrato de Colocação, com intermediação da RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e a subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09.

4.9.2 A colocação das Debêntures deverá ser efetuada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de início de distribuição, qual seja, até o dia 16 de maio de 2012.

5. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1 Características Básicas

5.1.1 Valor Nominal Unitário

5.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$336.501,05 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e um reais e cinco centavos) na Data de Emissão.

5.1.2 Quantidade de Debêntures

5.1.2.1 Serão emitidas 315 (trezentas e quinze) Debêntures, perfazendo o valor total da Emissão de R\$105.997.830,75 (cento e cinco milhões, novecentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta reais e setenta e cinco centavos).

5.1.3 Número de Séries

5.1.3.1 A Emissão será em série única.

5.1.4 Data de Emissão

5.1.4.1 A data de emissão das Debêntures será 16 de novembro de 2011.

5.1.5 *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.5.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 83 (oitenta e três) meses, ou seja, 2.526 (dois mil, quinhentos e vinte e seis) dias corridos, contados da Data de Emissão, inclusive, vencendo-se, portanto, em 16 de outubro de 2018, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

5.1.6 *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.6.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

5.1.7 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.7.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será emitido extrato em nome do titular das Debêntures pela CETIP.

5.1.8 *Conversibilidade e Tipo*

5.1.8.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

5.1.9 *Espécie*

5.1.9.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

5.2 Subscrição

5.2.1 *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, conforme item 4.9.2 acima.

5.2.2 *Preço de Subscrição*

5.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e atualização monetária, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização e reduzido de eventuais amortizações que possam vir a ocorrer durante esse período, sendo admitido ágio ou deságio.

5.3 Integralização e Forma de Pagamento

5.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

5.4 Direito de Preferência

5.4.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5 Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

5.5.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA/IBGE, calculado de forma *pro rata temporis*, base 360 dias corridos, todo o dia 16 de outubro de cada ano ("Data de Atualização"), a partir da Data de Emissão, sendo a primeira Data de Atualização em 16 de outubro de 2012, conforme fórmula a seguir:

$$VNa = VNe \times C, \text{ onde:}$$

"VNa" = Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

"VNe" = Valor Nominal Unitário na (a) Data de Emissão; ou (b) após incorporação dos Juros Remuneratórios, Atualização Monetária ou Amortização, se houver, o que ocorrer por último, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

"C" = Fator acumulado da variação do IPCA/IBGE, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \frac{NI_n}{NI_0}, \text{ onde:}$$

Excepcionalmente, para a primeira Data de Atualização, a qual ocorrerá em 16 de outubro de 2012:

NI_n = Número Índice do IPCA/IBGE referente ao mês de setembro de 2012; e

NI_0 = Número Índice do IPCA/IBGE referente ao mês de outubro de 2011.

Para as demais Datas de Atualização, após a primeira Data de Atualização:

NI_n = Número Índice do IPCA/IBGE referente ao mês da Data de Atualização. Exemplificadamente, para a segunda Data de Atualização, isto é, 16 de outubro de 2013, NI_n corresponde ao Número Índice do mês de setembro de 2013;

NI_0 = Número Índice do IPCA/IBGE referente ao mês imediatamente anterior à última Data de Atualização. Exemplificadamente, para a segunda Data de Atualização, NI_0 corresponde ao Número Índice do mês de setembro de 2012.

Observações:

- a) O termo “número-índice” refere-se ao número-índice do IPCA/IBGE, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com todas as casas decimais; e
- b) As fórmulas acima descritas serão utilizadas exclusivamente nas datas de eventos de Juros Remuneratórios, Amortização ou Atualização Monetária.

5.5.2 Caso o IPCA/IBGE não tenha sido divulgado até a Data de Atualização, acima mencionada, a atualização monetária será calculada com base no último índice divulgado.

5.5.3 Na hipótese de extinção do IPCA/IBGE em razão de proibição ou restrição legal de seu uso para fins de atualização monetária das Debêntures, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPC/FIPE), ou na impossibilidade de utilização deste, outro índice oficial vigente, reconhecido e legalmente permitido, dentre aqueles que melhor refletirem a inflação do período.

5.5.4 Se na Data de Atualização não houver divulgação do IPCA/IBGE, ou índice que vier a substituí-lo nos termos do item 5.5.3 acima, será considerada, para o mês cuja divulgação não esteja disponível, a última variação disponível, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, pela Emissora, quando da divulgação posterior do índice que seria aplicável.

5.6 Juros Remuneratórios

5.6.1 Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, conforme o item 5.5 acima, a partir da Data de Emissão, serão aplicados Juros Remuneratórios de 7,0% (sete por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, base 360 dias corridos, pagos mensalmente, todo dia 16 de cada mês, ou no dia útil subsequente, na hipótese de o dia 16 não ser dia útil (“Data de Vencimento”), sendo a primeira Data de Vencimento em 16 de março de 2012,

observado, portanto, a carência de 3 (três) meses para início do pagamento de Juros Remuneratórios, conforme fórmula a seguir:

$$J = VNa \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

J = Valor unitário dos juros acumulados na Data de Vencimento, calculados com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Conforme definido acima, no item 5.5.1;

Fator de Juros = Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado da seguinte forma:

$$\text{Fator de juros} = \left\{ \left[(i + 1)^{\frac{n^{\circ} \text{ meses} \times 30}{360}} \right]^{\frac{dcp}{dct}} \right\}, \text{ onde:}$$

"i" = 7,0% (sete por cento);

"nº meses" = Número de meses inteiro entre a data do primeiro evento de juros ou entre o pagamento anterior e o próximo pagamento de juros;

"dcp" = Número de dias corridos entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento, ou última incorporação de Juros Remuneratórios, atualização monetária ou amortização, se houver, o que ocorrer por último;

"dct" = Número de dias corridos existente no número de meses entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento, ou última incorporação de Juros Remuneratórios, atualização monetária ou amortização, se houver, o que ocorrer por último.

Critérios de Precisão:

- (1) O fator resultante da expressão $\frac{n^{\circ} \text{ meses} \times 30}{360}$ é considerado com 9 (nove) casas decimais sem arredondamento.
- (2) A expressão $(1 + i)^{\frac{n^{\circ} \text{ meses} \times 30}{360}}$ é considerada com 9 (nove) casas decimais com arredondamento.

(3) A expressão $\left(\frac{dcp}{dct}\right)$ é considerada com 9 casas decimais, sem arredondamento.

5.6.2 Durante o prazo de carência de 3 (três) meses, acima mencionado, os Juros Remuneratórios devidos entre 16 de novembro de 2011 e 16 de fevereiro de 2012 serão incorporados ao saldo devedor das Debêntures, sendo que o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá, impreterivelmente, em 16 de março de 2012.

5.7 Repactuação

5.7.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.8 Amortização Programada

5.8.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado nos termos do item 5.5 acima, será amortizado mensalmente, em cada Data de Vencimento, de acordo com o Anexo II ao presente instrumento, conforme fórmula a seguir:

$$AMi = VNa \times \left(\frac{Tai}{100}\right), \text{ onde:}$$

AMi = Valor Nominal Unitário da i-ésima parcela de amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Conforme definido acima, no item 5.5.1; e

Tai = Taxa definida para a i-ésima amortização, expressa em percentual, informada com 4 (quatro) casas decimais, conforme informada, em relação a cada amortização, no Anexo II.

5.8.2 O Valor Nominal Unitário das Debêntures após a amortização será apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNr = VNa - AMi, \text{ onde:}$$

VNr = Valor Nominal Unitário remanescente após a i-ésima amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, antes do pagamento da amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

AMi = Valor Nominal Unitário da i-ésima parcela de amortização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

5.9 Datas de Eventos

5.9.1. Exclusivamente para eventos de subscrição e integralização, aquisição antecipada facultativa, resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, ou quaisquer outros eventos que ocorram em data distinta à Data de Atualização, conforme parágrafo 6º do artigo 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 ("Datas de Eventos"), o Valor Nominal Unitário das Debêntures será calculado nos termos da fórmula a seguir:

$$VNb = \sum_{t=1}^n \frac{PMT_t \times c_t}{(1+i)^{\frac{dcp}{360}}}$$

dcp = número de dias corridos entre a data de cálculo e a data da n-ésima parcela, calculados em um ano base de 360 dias;

VNb = Valor Nominal Unitário nas Datas de Eventos;

PMT_t = n-ésimo valor, constante no campo "PMT", conforme Anexo II da presente Escritura;

i = Conforme definido acima; e

c_t = Fator acumulado da variação anual do índice de preços IPCA/IBGE, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \left[\frac{NI_{m2}}{NI_{m1}} \times \left(\frac{NI_{mn}}{NI_{m2}} \right)^{\frac{dcp_{pro rata}}{dct_{pro rata}}} \right] \times \frac{NI_{m1}}{NI_{m0}}$$

NI_{m0} = Número Índice referente ao mês imediatamente anterior ao mês da Data de Emissão;

NI_{m1} = Número Índice referente ao mês imediatamente anterior à última Data de Aniversário;

NI_{m2} = Número Índice referente ao segundo mês imediatamente anterior ao mês da Data do Evento caso o dia de cálculo seja igual ou anterior ao dia 16, ou Número Índice referente ao mês imediatamente anterior ao mês da Data do Evento, caso o dia da Data do Evento seja posterior ao dia 16;

NI_{mn} = Número Índice referente ao mês imediatamente posterior ao mês considerado no NI_{m2} ;

$dcp_{pro rata}$ = Número de dias corridos entre o último dia 16 e a Data do Evento, utilizando como base um ano de 360 dias corridos;

$dct_{pro rata}$ = Número de dias corridos entre o último dia 16 e o próximo dia 16, utilizando como base um ano de 360 dias corridos;

Observações:

Considera-se a data de aniversário o dia 16 de cada mês ou o primeiro Dia Útil consecutivo, caso o dia 16 não seja Dia Útil ("Data de Aniversário").

5.10 Condições de Pagamento

5.10.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.10.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (1) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (2) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.10.1.2 O Debenturista que gozar de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos relacionados ao investimento ou ao recebimento de quaisquer valores relacionados às Debêntures, deverá encaminhar à Instituição Depositária, com cópia para a Emissora, na data em que subscrever ou adquirir Debêntures, declaração devidamente fundamentada em que informe tal condição, indicando a espécie do tributo de cujo recolhimento está dispensado e o diploma legal que estabelece a imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero, bem como que atende a todas as condições e requisitos porventura estabelecidos para a fruição do respectivo benefício fiscal. Do contrário, terá descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

5.10.1.2.1 O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar

qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário ou pela Emissora.

5.10.1.2.2 Mesmo que tenha recebido a declaração referida no item 5.10.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

5.10.2 *Prorrogação dos Prazos*

5.10.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação tratada nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.10.3 *Encargos Moratórios*

5.10.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.10.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

5.10.4.1 Sem prejuízo do disposto no item 5.10.3.1 acima, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento pelo prazo estabelecido em lei.

5.10.5 *Direito de Venda*

5.10.5.1 Nos termos da Opção de Venda, caso a locação das Locomotivas deixe de vigorar (inclusive em virtude de rescisão do Contrato de Locação e do Contrato de Locação sob Condição), a Emissora

possui a prerrogativa de vender referidas Locomotivas à VOF, destinando os recursos obtidos à liquidação das Debêntures, declaradas vencidas antecipadamente de acordo com o item 6.3 abaixo.

5.10.5.2 Por meio de instrumento próprio, celebrado em 4 de novembro de 2011, a Emissora cedeu ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, os direitos relativos à Opção de Venda. Desse modo, caso assim determinado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, o Agente Fiduciário poderá vender as Locomotivas, de acordo com os termos e condições constantes da Opção de Venda.

5.10.6 *Dação em Pagamento*

5.10.6.1 Na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto no item 6.3 abaixo, e caso, por qualquer motivo, os direitos relativos à venda das Locomotivas, referidos no item 5.10.5 acima, não possam ser ou não sejam exercidos e/ou a VOF, por qualquer motivo, se recuse ao cumprimento da obrigação de aquisição das Locomotivas, nos termos da Opção de Venda, é facultado à Emissora, a seu exclusivo critério, liquidar as Debêntures por meio da dação em pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios. Referida dação em pagamento levará à imediata liquidação integral da dívida, à extinção das Debêntures, observada as regras operacionais da CETIP e à liberação da alienação fiduciária das Locomotivas.

5.10.6.2 A Emissora terá prazo equivalente a 45 (quarenta e cinco) dias, contados da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, para exercer a faculdade de dação em pagamento mencionada no item 5.10.6.1 acima, mediante notificação enviada ao Agente Fiduciário. Caso decida exercê-la, deverá convocar imediatamente Assembleia Geral para deliberar sobre a eleição do representante do condomínio dos futuros titulares dos Direitos Creditórios, bem como, eventualmente, outras questões subjacentes relacionadas à dação em pagamento, ocasião, também, em que será assinado o competente instrumento de dação em pagamento aos Debenturistas.

5.10.6.2.1 Caso a Assembleia Geral mencionada no item acima não eleja o representante do condomínio dos titulares dos Direitos Creditórios, essa função será exercida por aquele que for titular do maior número de Debêntures.

5.10.6.3 Na hipótese de ocorrência da dação em pagamento referida no item 5.10.6.1 acima: (a) a alienação fiduciária das Locomotivas será imediatamente revertida em favor do conjunto de titulares dos Direitos Creditórios, em garantia do pagamento desses Direitos Creditórios pela FCA e/ou pela Copebrás, nos termos do item 1.2 do Instrumento de Alienação Fiduciária de Locomotivas; e (b) o direito do exercício da venda das Locomotivas à VOF será imediatamente revertido em favor do conjunto de titulares dos Direitos Créditos, nos termos do item 1.2 do Contrato de Cessão de Direitos.

5.10.6.4 Sem prejuízo do disposto no item 5.10.6.3 acima, a Emissora compromete-se a adotar todas as medidas necessárias, incluindo a celebração de aditamentos ao Contrato de Alienação

Fiduciária e ao Contrato de Cessão de Direitos, para que a transferência dos direitos e garantias mencionados no item 5.10.6.3 ao conjunto de titulares dos Direitos Créditos seja válida e eficaz.

5.10.6.5 Esgotado o prazo mencionado no item 5.10.6.2 acima, sem que a Emissora exerça a faculdade de liquidação das Debêntures por meio da dação em pagamento dos Direitos Creditórios, fica facultado aos Debenturistas executar as Garantias, na forma dos respectivos contratos que lhes deram origem. Os Debenturistas obrigam-se a somente iniciar quaisquer procedimentos ou tomar quaisquer medidas que afetem ou recaiam sobre outros bens da Emissora caso o produto da execução das Garantias não seja suficiente para integral liquidação do saldo da dívida relacionado às Debêntures, acrescido das despesas incorridas na respectiva execução.

5.11 Publicidade

5.11.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no "Diário do Comércio e da Indústria do Estado de São Paulo", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5.12 Garantias

5.12.1 Em garantia ao fiel pagamento das Debêntures, bem como de todos os demais valores, incluindo os Encargos Moratórios, decorrentes desta Escritura, foram constituídas as seguintes garantias:

- a) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios: cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, pactuada nos termos do Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- b) Cessão do Direito de Venda das Locomotivas: cessão aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, do direito de venda das Locomotivas à VOF, pactuado na Opção de Venda e descrito no item 5.10.5 acima; e
- c) Alienação Fiduciária: alienação fiduciária das Locomotivas, pactuada nos termos do Instrumento de Alienação Fiduciária de Locomotivas.

5.12.2 Os valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente nos termos do item 5.12.1, "a", acima, serão destinados à liquidação das parcelas de amortização e ao resgate das Debêntures. As quantias relativas ao pagamento dos direitos creditórios deverão ser depositadas pelos respectivos devedores em conta corrente de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Mandatário, que será movimentada exclusivamente pelo Banco Mandatário, de

acordo as orientações do Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Prestação de Serviço de Conta Controlada, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Mandatário, em 4 de novembro de 2011.

5.12.3 Por meio de instrumento próprio, celebrado em 4 de novembro de 2011, a Emissora (a) cedeu aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável, irretratável e exclusivo, o direito à venda das Locomotivas à VOF, a ser exercido nos termos da Opção de Venda, conforme mencionado no item 5.10.5 acima; e (b) constituiu o Agente Fiduciário como seu bastante procurador para, em caso de omissão da Emissora por período superior a 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de rescisão do Contrato de Locação, notificar a FCA, nos termos do item 3.2 do Contrato de Locação sob Condição, informando-a de que o Contrato de Locação sob Condição passará a produzir efeitos.

6. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 Aquisição Antecipada Facultativa

6.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observando-se as restrições à negociação previstas no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado Debêntures em Circulação, por preço que esteja de acordo com o disposto no artigo 55, §3º, da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto desse procedimento poderão (a) ser canceladas; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na regulamentação pertinente. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

6.2 Resgate Antecipado

6.2.1 As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, total ou parcialmente, a qualquer tempo e a critério exclusivo da Emissora. O resgate antecipado ao exclusivo critério da Emissora não se confunde com o resgate decorrente do vencimento antecipado das Debêntures, cujos eventos estão elencados no item 6.3 abaixo. Para que possa exercer a faculdade do resgate referida acima, a Emissora deverá, com no mínimo 10 (dez) dias úteis de antecedência, publicar comunicado ou enviá-lo a cada Debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário, no qual deverá constar (a) a data do resgate; (b) o volume ou número de Debêntures que será resgatado; e (c) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. O resgate antecipado ao exclusivo critério da Emissora, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, será efetuado mediante o pagamento, pela Emissora, dos valores calculados de acordo com a fórmula abaixo, acrescido de Prêmio de Resgate Antecipado, correspondente a 1,0% (um por cento) sobre o valor resgatado. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas.

$$PA = \left\{ \frac{\left(1 + \frac{i}{100}\right)^{\frac{d}{360}}}{\left(1 + \frac{c}{100}\right)} \right\} * PU$$

PA = valor do resgate de cada uma das Debêntures em Circulação, na data do resgate;

"i" = 7,0% (sete por cento);

d = *duration* (medida de tempo, definida pela média ponderada entre os valores presentes de cada fluxo futuro de cada uma das Debêntures, pelo seu prazo remanescente, em dias corridos, calculado de acordo com um ano base de 360 dias);

PU = VNa ou VNb, conforme o caso; e

c = taxa de remuneração (cupom sobre o IPCA/IBGE) da NTN-B de prazo médio de vencimento mais próximo ao *duration* conforme definida acima.

6.2.1.1 Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data.

6.2.1.2 Caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tanto, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis contados da realização do resgate.

6.2.2 Na hipótese de deliberação de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio para identificação das Debêntures que serão resgatadas, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação do resultado a todos os Debenturistas por meio de comunicado, inclusive no que concerne às regras do sorteio, nos termos do artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76.

6.2.3 O resgate parcial, caso ocorra, para as Debêntures custodiadas no SND será operacionalizado exclusivamente por meio de operações de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme procedimentos adotados pela CETIP. Fica desde já estabelecido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento de resgate antecipado parcial das Debêntures, não haverá a necessidade de qualquer aditamento à presente Escritura ou qualquer outra formalidade, estando os Debenturistas sujeitos aos procedimentos estabelecidos pela CETIP à época do resgate antecipado.

6.3 Vencimento Antecipado

6.3.1 Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência da ocorrência de quaisquer dos eventos listados abaixo, convocará imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de convocação, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas:

- a) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures ou das Garantias em valor superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), desde que não seja devidamente sanado no prazo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento de notificação nesse sentido;
- b) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures ou das Garantias, independentemente do valor, desde que não seja devidamente sanado no prazo de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento de notificação nesse sentido;
- c) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária decorrente das Debêntures ou das Garantias, desde que não seja devidamente sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de notificação nesse sentido;
- d) cessão ou promessa de cessão a terceiros de quaisquer dos bens que integram as Garantias, sem a prévia anuência, por escrito, da totalidade dos Debenturistas;
- e) anulação, ou verificação da nulidade ou da inexecutibilidade das Debêntures;
- f) (1) decretação de falência da Emissora; (2) pedido de autofalência pela Emissora; (3) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (4) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (5) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- g) modificação do objeto social da Emissora, distribuição ou antecipação de dividendos em valor superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por mês, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;
- h) fusão, cisão ou incorporação da Emissora, salvo se (1) tal fusão, cisão ou incorporação seja realizada dentro do mesmo grupo econômico da Emissora, não comprometa, a critério dos Debenturistas, a capacidade de pagamento da Emissora e não eleve o grau de alavancagem da Emissora; ou (2) seja obtida a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;

i) desde que o Contrato de Locação sob Condição esteja produzindo efeitos, nos termos do item 18.1, "k" do referido instrumento, mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da FCA, sem a aprovação prévia ou posterior dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral; para efeitos deste item "i"; para fins de interpretação deste item, entende-se como mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, de controle acionário, a mudança de titularidade, em um único evento ou em uma combinação de eventos, de mais de 49% (quarenta e nove por cento) das ações ordinárias atualmente vinculadas ao Acordo de Acionistas da FCA, desconsiderando-se, para esse fim, as transferências de ações realizadas: (1) entre acionistas pertencentes ao grupo de controle, ou (2) dos acionistas pertencentes ao grupo de controle para suas respectivas controladoras, controladas, ou sociedades sob controle comum;

j) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, que não seja sanado no prazo estabelecido no respectivo contrato;

k) protestos de títulos contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que o protesto foi sustado ou que a exigibilidade do título foi suspensa;

l) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se houver penhora ou qualquer espécie de bloqueio judicial dos Direitos Creditórios ou das Locomotivas, não suspensa ou cancelada no prazo de até 30 (trinta) dias, situação que ensejará a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura, nos termos previstos no *caput* do presente item, independentemente do trânsito em julgado ou da possibilidade de recurso da decisão ou sentença judicial ou arbitral;

m) arresto, sequestro ou penhora de bens do ativo permanente da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do fato, o arresto, sequestro ou penhora seja cancelado ou suspenso;

n) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspecto relevante;

- o) rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Locação e do Contrato de Locação sob Condição, cumulativamente;
- p) rescisão do Contrato de Fornecimento previamente ao recebimento das 25 (vinte e cinco) Locomotivas; e
- q) exercício, pela Emissora, do direito de venda das Locomotivas à VOF, conforme mencionado no item 5.10.5.1 acima.

6.3.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

6.3.3 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item anterior, caso Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação tenham optado por declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento dos valores indicados no item 6.3.1 acima.

6.3.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia para CETIP.

6.3.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do protocolo da carta mencionada no item 6.3.4 acima. O resgate poderá ser realizado, a critério da Emissora, por meio de dação em pagamento, conforme disposto no item 5.10.6.1 acima, sem prejuízo do disposto no item 5.10.5 acima.

7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora adicionalmente obriga-se a:

- a) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - i) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; (2) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;

ii) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado às expensas da Emissora), por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da data da solicitação, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;

iii) dentro de 5 (cinco) dias úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas, cuja ordem do dia possa impactar, de qualquer forma, as Debêntures, e, prontamente, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, cujas deliberações possam impactar, de qualquer forma, as Debêntures, bem como todas as reuniões dos órgãos da administração, cujas deliberações possam impactar, de qualquer forma, as Debêntures;

iv) dentro de 5 (cinco) dias úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados a eles enviados;

v) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de solicitação;

vi) mediante solicitação, fornecer informações que razoavelmente venham a ser solicitadas e cópias dos documentos correlatos a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.3 acima, imediatamente após a sua ocorrência; e

vii) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à elaboração do relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, até 30 (trinta) dias após a referida solicitação;

b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, caso seja necessário, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09;

c) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, abaixo transcritas:

i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;

ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;

- iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- iv) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- vi) informar a ocorrência de fato relevante, comunicando imediatamente a Instituição Intermediária da oferta; e
- vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- d) enviar à CETIP (1) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (iii) e (iv) do subitem (c) acima; (2) documentos e informações exigidas por essa entidade no prazo de 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (3) atender integralmente as demais obrigações previstas nos normativos da CETIP, inclusive aquelas previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- e) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- f) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 9 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- g) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- h) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- j) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- k) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora ou de suas controladas;

- l) diligenciar para que os bens que sejam considerados materialmente relevantes para a execução do seu objetivo social sejam mantidos adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- m) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- n) arcar com todos os custos (1) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (2) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (3) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário; e
- o) calcular diariamente, em conjunto com o Agente Fiduciário, o valor unitário das Debêntures.

8. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

8.2 O Agente Fiduciário declara e garante que:

- a) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceita integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- d) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;

- g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- h) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- i) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringe qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- k) verificou a regularidade da constituição das Garantias;
- l) está ciente da regulamentação da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes, aplicável às Debêntures e à Emissão;
- m) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto; e
- n) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

8.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

8.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.3.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 8.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

8.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

8.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto em assembleia especialmente convocada para esse fim.

8.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

8.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

8.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

8.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- h) verificar a regularidade da constituição das Garantias;
- i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser justificada e os custos deverão ser arcados pela Emissora;
- k) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.11 acima;
- l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das

Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

x) declaração acerca da exequibilidade das Garantias;

n) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

i) na sede da Emissora;

ii) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;

iii) na CETIP;

iv) na CVM; e

v) na sede da Instituição Intermediária na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures;

o) publicar, nos órgãos da imprensa que a Emissora divulgar as suas publicações, anúncio comunicando os Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;

p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP;

q) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;

r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

s) comunicar imediatamente aos Debenturistas e acompanhar, tão logo tiver conhecimento, qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora ou de suas controladas, bem como prejudicar o pagamento das Debêntures ou resultar em qualquer dos casos de vencimento antecipado, ou sobre qualquer evento ou fato que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora, suas controladoras, e/ou controladas, ou a capacidade de cumprimento das obrigações desta Escritura;

t) sem prejuízo dos prazos específicos previstos nesta Escritura, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias da sua ciência, sobre qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos; comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

u) verificar a manutenção da regularidade e da exequibilidade das Garantias; e

v) disponibilizar aos investidores e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu website, o valor unitário das Debêntures.

8.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas, observadas as condições da presente Escritura;

b) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;

c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.5 (a) a (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 8.5 (d) acima.

8.7 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.8 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, remuneração a ser paga na forma prevista nos itens abaixo.

8.8.1 A remuneração do Agente Fiduciário será devida pela Emissora em parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura, e as demais na mesma data de cada ano subsequente.

8.8.1.1 Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) dias úteis após comprovação da entrega pelo Agente Fiduciário de "relatório de horas" à Emissora, dedicado à atividade de assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures, requerido pela Emissora, bem como para (a) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas e em Assembleias Gerais de Debenturistas; e (b) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

8.8.1.2 A remuneração será líquida de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza e será acrescida dos seguintes impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza – ISS, Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade – COFINS, Contribuição Social sobre Lucro Líquido- CSLL, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.8.1.3 A remuneração prevista no item 8.8.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IPCA/IBGE ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculada *pro rata temporis*, se necessário.

8.8.1.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa compensatória de 2% (dois por cento), bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, e atualização monetária pelo IPCA/IBGE, incidentes sobre o valor do débito, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*.

8.8.1.5 As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, obtenção de certidões e despachantes, registros,

cópias xerográficas, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços pelo Agente Fiduciário, a serem arcadas pela Emissora.

8.8.1.6 As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.8.1.7 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.8.1.8 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

8.8.2 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário.

8.8.3 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá repassar à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.9 Não obstante o disposto no item 8.8.1.7 acima, a Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e

interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que observado o disposto no item 8.9.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.9.1 Quando as despesas realizadas pelo Agente Fiduciário não forem previamente aprovadas pela Emissora, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda que a Emissora reembolsará os montantes gastos de acordo com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; e (b) a função fiduciária que lhe é inerente.

8.9.2 As despesas referidas no item 8.8.1.7 e no item 8.9 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, transporte e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- e) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.

8.9.3 Observado o disposto nos itens 8.9 e seguintes acima, o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

9.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (d) pela CVM.

9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

9.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

9.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura.

9.8.1 As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tratem da alteração de prazos, das Garantias, do valor e da forma de pagamento da remuneração, da amortização, do resgate e/ou das hipóteses de vencimento antecipado dependem de quórum qualificado para serem aprovadas, consistente na aprovação por 2/3 (dois terços) dos titulares das Debêntures em Circulação.

9.8.2 A alteração dos quóruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

a) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

- c) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- d) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- e) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar: (1) no vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (3) na rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESP e o registro das Debêntures na CETIP;
- g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça este de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- j) sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- k) manterá sua existência como pessoa jurídica e praticará todos os atos razoáveis necessários para manter seus direitos, prerrogativas e concessões necessários ou convenientes para a condução normal de seus negócios em todos os aspectos relevantes, em estrita conformidade com a legislação aplicável;
- l) manterá a todo tempo uma equipe de administração profissional, inclusive diretores eleitos em conformidade com seu Estatuto Social;
- m) adotará todas as providências para manter válidas e eficazes em seus aspectos materiais as declarações prestadas no âmbito desta Escritura;
- n) informará ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da tomada de

conhecimento da respectiva ocorrência, todo e qualquer ato ou fato que possa afetar em seus aspectos materiais a veracidade de quaisquer das declarações prestadas no âmbito desta Escritura de Emissão;

o) informará ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) dias contados da tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, qualquer evento ou situação que possa afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações relativas às Debêntures, no todo ou em parte;

p) cumprirá com a legislação a que se sujeita e, uma vez verificado o descumprimento desta obrigação, a Emissora terá o prazo que lhe for concedido pelo órgão ou agente fiscalizador para sanar tal descumprimento;

q) não aplicará recursos ou ativos em atividades outras que não sejam correlatas ao seu objeto social;

r) não irá efetuar ou permitir qualquer alteração das políticas contábeis ou práticas de divulgação de informações, exceto conforme seja necessário para dar atendimento às disposições legais e normativas aplicáveis e demais princípios contábeis brasileiros;

s) (1) não tem conhecimento, na data de assinatura desta Escritura, de quaisquer contingências ou passivos ocultos de natureza fiscal ou previdenciária, incorridos direta ou indiretamente, já materializadas ou não, em valores iguais ou superiores a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) por contingência, individualmente considerada; e (2) está cumprindo regularmente as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais e/ou de tribunais relativos a questões fiscais e previdenciárias, estando em dia com suas obrigações tributárias principais e acessórias;

t) até o resgate integral das Debêntures, as Locomotivas serão locadas pela Emissora exclusivamente à Copebrás e à FCA, observados os termos do Contrato de Locação e do Contrato de Locação sob Condição, exceto se a locação das Locomotivas a terceiro for previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral; e

u) não realizará qualquer alteração substancial que possa afetar os interesses dos Debenturistas no: (1) Contrato de Locação; (2) Contrato de Locação sob Condição; (3) Contrato de Fornecimento; e (4) Opção de Venda.

10.2 A Emissora compromete-se a notificar imediatamente os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

a) Para a Emissora:

Salus Empreendimentos Logísticos II S.A.

Rua Amauri, nº 255, 5º andar, Jardim Europa

São Paulo - SP

At.: Flávia Palacios

Telefone: (11) 3127-2860

Fax: (11) 3127-2708

E-mail: flavia.palacios@rbcapital.com.br

b) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514

Rio de Janeiro - RJ

At.: Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

c) Para o Banco Mandatário / Instituição Depositária:

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar, parte, Cerqueira César

São Paulo - SP

At.: Milton Junior

Telefone: (11) 4009-3920

Fax: (11) 2122-2057

d) Para a CETIP:

CETIP S.A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Jardim Paulistano

São Paulo - SP

Telefone: (11) 3111-1400

Fax: (11) 3111-1563

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.2 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

11.1.3 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados na Cidade de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a este, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.8 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.9 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento

ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

11.10 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.11 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

12. ARBITRAGEM

12.1 Toda e qualquer controvérsia resultante da e/ou relativa à interpretação desta Escritura deve ser, obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá à Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

12.2 O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, exceto se de outra forma acordado entre as Partes, cabendo a cada uma das partes litigantes a escolha de seu respectivo árbitro, de acordo com os dispositivos do Regulamento de Arbitragem. Caso cada uma das partes não indique o seu respectivo árbitro no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de recebimento da notificação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, o presidente da Câmara de Comércio Brasil-Canadá deverá nomear os referidos árbitros. Os árbitros indicados pelas partes deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua nomeação, escolher, em conjunto, e de comum acordo, o nome do terceiro árbitro, a quem caberá a presidência do Tribunal Arbitral. Caso os árbitros não cheguem a um consenso quanto à definição do terceiro árbitro no prazo acima previsto, tal nomeação deverá ser feita pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá, de acordo com as normas dessa câmara.

12.3 O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral, sendo que o idioma oficial da arbitragem será o português.

12.4 A sentença arbitral será definitiva e vinculante para as partes, não estando sujeita à homologação ou a qualquer recurso perante o Poder Judiciário. O Tribunal Arbitral deverá dirimir o litígio considerando os termos e condições desta Escritura e a lei brasileira e não por equidade. A decisão do Tribunal Arbitral deverá ser entregue por escrito e ser fundamentada, apontando as evidências que a fundamentam e, na extensão aplicável, deverá estabelecer a forma pela qual o valor da condenação foi calculado, bem como será definitiva e vinculará as partes e será exequível e não estará sujeita a nenhum recurso judicial ou administrativo, salvo embargos de declaração previstos no artigo 30 da Lei nº 9.307, de 26 de setembro de 1996. A decisão deverá incluir a distribuição dos custos, incluindo honorários de sucumbência, e as despesas razoáveis que o Tribunal Arbitral entender apropriados. Qualquer condenação monetária resultante dos processos arbitrais deverá incluir juros a partir da data de quaisquer danos incorridos pela violação ou outra infração desta Escritura e a partir da data da condenação até o pagamento integral, a uma taxa a ser fixada pelos árbitros.

12.5 A presente Escritura é regida e interpretada de acordo com as leis do Brasil.

12.6 Exceto pelos honorários dos respectivos advogados, os quais serão arcados pelas partes litigantes individualmente, todas as demais despesas e custos de arbitragem serão suportados por qualquer uma das partes ou por ambas, conforme o Tribunal Arbitral venha a determinar ao final do procedimento.

12.7 As partes elegem o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exclusivamente (a) para medidas cautelares ou coercitivas, provisionais ou permanentes, caso necessária sua obtenção previamente ao início do procedimento arbitral, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário, sendo que quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem; (b) para a execução da sentença arbitral; e (c) para a execução específica de qualquer obrigação referida nesta Escritura, incluindo a execução por quantia certa de qualquer obrigação pecuniária da Emissora sob esta Escritura, sendo certo que os embargos à execução deverão ser julgados pelo Tribunal Arbitral.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

(Intencionalmente deixado em branco. Assinaturas na próxima página)

(Página de assinatura da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Salus Empreendimentos Logísticos II S.A.", firmada entre Salus Empreendimentos Logísticos II S.A. e Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 4 de novembro de 2011.)

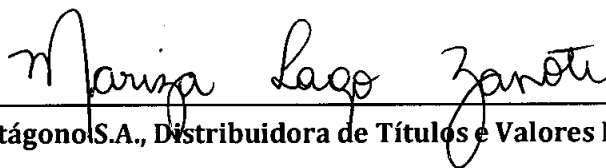
São Paulo, 4 de novembro de 2011.



Por: Flávia Palacios Mendonça
RG: 013.187.264-0 (SSP/RJ)
Carga: CPF: 052.718.227-37



Por: Marcelo Michalua
RG: 16.323.178 (SSP/SP)
Carga: CPF: 127.314.838-06



Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Por:
Carga:

Testemunhas:

1.  2.

Nome: Makis Papagheorgiou
CPF/MF: RG: 39.749.817-2 (SSP/SP)
CPF: 416.463.848-65



Nome: Filipe Bueno Fernandes Dias
CPF/MF: RG: 33.181.671-4 (SSP/SP)
CPF: 225.875.228-03

ANEXO I

Este Anexo I é parte integrante da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Salus Empreendimentos Logísticos II S.A.", firmada entre Salus Empreendimentos Logísticos II S.A. e Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 4 de novembro de 2011.)

GLOSSÁRIO

<u>"Agente Fiduciário":</u>	Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
<u>"ANBIMA":</u>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<u>"Assembleia Geral ou Assembleia Geral de Debenturistas":</u>	Assembleia Geral de Debenturistas.
<u>"Banco Mandatário":</u>	Banco Citibank S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.111, 2º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.479.023/0001-80.
<u>"Câmara de Comércio Brasil-Canadá":</u>	Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.
<u>"CETIP":</u>	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<u>"Contrato de Cessão de Direitos":</u>	Contrato de Cessão de Direitos e Outras Avenças, celebrado em 4 de novembro de 2011, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas.
<u>"Contrato de Fornecimento":</u>	Tem o significado que lhe foi atribuído no Considerando "b".
<u>"Contrato de Locação":</u>	Tem o significado que lhe foi atribuído no Considerando "c".

"Contrato de Locação sob Condição":

Tem o significado que lhe foi atribuído no Considerando "d".

"Contrato de Prestação de Serviço de Conta Controlada":

Contrato de Prestação de Serviço de Conta Controlada, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Banco Mandatário em 4 de novembro de 2011.

"CNPI/MF":

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

"Copebrás":

Tem o significado que lhe foi atribuído no Considerando "a".

"Data de Amortização":

Qualquer data em que ocorrer pagamento de parcela do principal das Debêntures aos Debenturistas.

Data de Aniversário

Tem o significado que lhe foi atribuído no item 5.9.1.

"Data de Atualização":

16 de outubro de cada ano, ou o primeiro dia útil seguinte, caso o dia 16 de outubro de determinado ano não seja dia útil.

"Data de Emissão":

16 de novembro de 2011.

"Data de Vencimento":

16 de outubro de 2018.

Datas de Eventos

Tem o significado que lhe foi atribuído no item 5.9.1.

"Debêntures":

As 315 (trezentos e quinze) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, da 1ª emissão da Salus Empreendimentos Logísticos II S.A.

"Debêntures em Circulação":

Todas as Debêntures subscritas, excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (b) as de titularidade de (1) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (2) acionistas controladores e empresas controladoras, direta ou indiretamente, da Emissora; e (3) administradores da

	Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.
<u>"Debenturistas":</u>	Titulares das Debêntures.
<u>"Direitos Creditórios":</u>	89,84% (oitenta e nove inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) dos direitos creditórios decorrentes (a) do Contrato de Locação; e (b) do Contrato de Locação de Locomotivas sob Condição, e que representam, durante o prazo da presente Escritura, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor total saldo do Valor Nominal Unitário.
<u>"Emissão":</u>	1ª emissão de debêntures da Emissora.
<u>"Emissora":</u>	Salus Empreendimentos Logísticos II S.A.
<u>"Encargos Moratórios":</u>	Encargos moratórios previstos no item 5.10.3.1 desta Escritura.
<u>"Escritura":</u>	A presente Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Salus Empreendimentos Logísticos II S.A.
<u>"FCA":</u>	Tem o significado que lhe foi atribuído no Considerando "d".
<u>"Garantias":</u>	As garantias descritas no item 5.12 da Escritura.
<u>"Instituição Depositária":</u>	Banco Citibank S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1.111, 2º andar (parte), inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.479.023/0001-80.
<u>"Instrumento de Alienação Fiduciária de Locomotivas"</u>	Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e Outras Avenças, firmado em 4 de novembro de 2011, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que tem por objeto a alienação fiduciária das Locomotivas em favor dos Debenturistas.

"Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios":

Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Créditos e Outras Avenças, firmado em 4 de novembro de 2011, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, que tem por objeto a cessão fiduciária dos Direitos Creditórios em favor dos Debenturistas.

"Instituição Intermediadora":

RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amauri, nº 255, 5º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob nº 89.960.090/0001-76.

"Investidores Qualificados":

Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures, valores mobiliários no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

"IPCA/IBGE"

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

"IPC/FIPE"

Índice de Preços ao Consumidor publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo

"JUCESP":

Junta Comercial do Estado de São Paulo.

"Juros Remuneratórios":

Os juros remuneratórios das Debêntures calculados nos termos do item 5.6 acima.

"Locomotivas":

Tem o significado que lhe foi atribuído no Considerando "a", conforme descritas e especificadas no Anexo I do Contrato de Locação.

<u>"MGE"</u> :	Tem o significado que lhe foi atribuído no Considerando "b".
<u>"Prêmio de Resgate Antecipado"</u> :	O prêmio incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado na hipótese de resgate antecipado das Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, na forma prevista no item 6.2.1.
<u>"Opção de Venda"</u> :	Tem o significado que lhe foi atribuído no Considerando "f".
<u>"Regulamento de Arbitragem"</u> :	Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.
<u>"SDT"</u> :	Módulo de Distribuição de Títulos.
<u>"SND"</u> :	Módulo Nacional de Debêntures.
<u>"VOF"</u> :	Tem o significado que lhe foi atribuído no Considerando "d".
<u>"Valor Nominal Unitário"</u> :	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$336.501,05 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e um reais e cinco centavos), na Data de Emissão.

ANEXO II

Este Anexo II é parte integrante da "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Salus Empreendimentos Logísticos II S.A." firmada entre Salus Empreendimentos Logísticos II S.A. e Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 4 de novembro de 2011.)

FLUXO NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

Data Pagamento	VNa	Fator de Juros	J	Ta i	AM i	PMT
16/11/11	336.501,05					
16/12/11	338.403,68	1,005654	0,00	0,0000%	0,00	0,00
16/01/12	339.670,03	1,005654	0,00	0,1912%	647,03	647,03
16/02/12	340.080,40	1,005654	0,00	0,4446%	1.510,17	1.510,17
16/03/12	339.630,48	1,005654	1.922,86	0,1323%	449,93	2.372,79
16/04/12	338.315,09	1,005654	1.920,32	0,3873%	1.315,39	3.235,71
16/05/12	335.913,73	1,005654	1.912,88	0,7098%	2.401,36	4.314,24
16/06/12	332.419,89	1,005654	1.899,31	1,0401%	3.493,84	5.393,14
16/07/12	328.906,54	1,005654	1.879,55	1,0569%	3.513,35	5.392,90
16/08/12	325.373,10	1,005654	1.859,69	1,0743%	3.533,44	5.393,13
16/09/12	321.819,70	1,005654	1.839,71	1,0921%	3.553,40	5.393,11
16/10/12	318.246,21	1,005654	1.819,62	1,1104%	3.573,49	5.393,10
16/11/12	314.652,58	1,005654	1.799,41	1,1292%	3.593,64	5.393,05
16/12/12	311.038,79	1,005654	1.779,09	1,1485%	3.613,78	5.392,88
16/01/13	307.404,61	1,005654	1.758,66	1,1684%	3.634,18	5.392,84
16/02/13	303.749,88	1,005654	1.738,11	1,1889%	3.654,73	5.392,84
16/03/13	300.074,20	1,005654	1.717,45	1,2101%	3.675,68	5.393,12
16/04/13	296.377,89	1,005654	1.696,66	1,2318%	3.696,31	5.392,98
16/05/13	292.660,72	1,005654	1.675,76	1,2542%	3.717,17	5.392,94
16/06/13	288.922,56	1,005654	1.654,75	1,2773%	3.738,16	5.392,90
16/07/13	285.163,10	1,005654	1.633,61	1,3012%	3.759,46	5.393,07
16/08/13	281.382,41	1,005654	1.612,35	1,3258%	3.780,69	5.393,05
16/09/13	277.580,37	1,005654	1.590,98	1,3512%	3.802,04	5.393,02
16/10/13	273.756,98	1,005654	1.569,48	1,3774%	3.823,39	5.392,87
16/11/13	269.911,79	1,005654	1.547,86	1,4046%	3.845,19	5.393,05
16/12/13	266.045,03	1,005654	1.526,12	1,4326%	3.866,76	5.392,88
16/01/14	262.156,25	1,005654	1.504,26	1,4617%	3.888,78	5.393,04
16/02/14	258.245,40	1,005654	1.482,27	1,4918%	3.910,85	5.393,12
16/03/14	254.312,58	1,005654	1.460,16	1,5229%	3.932,82	5.392,98
16/04/14	250.357,51	1,005654	1.437,92	1,5552%	3.955,07	5.392,99

Data Pagamento	Vna	Fator de Juros	J	Ta i	AM i	PMT
16/05/14	246.380,08	1,005654	1.415,56	1,5887%	3.977,43	5.392,99
16/06/14	242.380,10	1,005654	1.393,07	1,6235%	3.999,98	5.393,05
16/07/14	238.357,56	1,005654	1.370,45	1,6596%	4.022,54	5.392,99
16/08/14	234.312,40	1,005654	1.347,71	1,6971%	4.045,17	5.392,87
16/09/14	230.244,26	1,005654	1.324,84	1,7362%	4.068,13	5.392,97
16/10/14	226.153,05	1,005654	1.301,83	1,7769%	4.091,21	5.393,04
16/11/14	222.038,88	1,005654	1.278,70	1,8192%	4.114,18	5.392,88
16/12/14	217.901,41	1,005654	1.255,44	1,8634%	4.137,47	5.392,91
16/01/15	213.740,36	1,005654	1.232,05	1,9096%	4.161,05	5.393,09
16/02/15	209.555,97	1,005654	1.208,52	1,9577%	4.184,40	5.392,91
16/03/15	205.347,87	1,005654	1.184,86	2,0081%	4.208,09	5.392,95
16/04/15	201.115,86	1,005654	1.161,07	2,0609%	4.232,01	5.393,08
16/05/15	196.860,04	1,005654	1.137,14	2,1161%	4.255,81	5.392,95
16/06/15	192.580,11	1,005654	1.113,08	2,1741%	4.279,93	5.393,01
16/07/15	188.275,94	1,005654	1.088,88	2,2350%	4.304,17	5.393,04
16/08/15	183.947,48	1,005654	1.064,54	2,2990%	4.328,46	5.393,00
16/09/15	179.594,55	1,005654	1.040,07	2,3664%	4.352,93	5.393,00
16/10/15	175.216,93	1,005654	1.015,45	2,4375%	4.377,62	5.393,07
16/11/15	170.814,60	1,005654	990,70	2,5125%	4.402,33	5.393,03
16/12/15	166.387,43	1,005654	965,81	2,5918%	4.427,17	5.392,98
16/01/16	161.935,24	1,005654	940,78	2,6758%	4.452,19	5.392,97
16/02/16	157.457,89	1,005654	915,61	2,7649%	4.477,35	5.392,95
16/03/16	152.955,22	1,005654	890,29	2,8596%	4.502,67	5.392,96
16/04/16	148.427,14	1,005654	864,83	2,9604%	4.528,09	5.392,92
16/05/16	143.873,39	1,005654	839,23	3,0680%	4.553,74	5.392,97
16/06/16	139.293,90	1,005654	813,48	3,1830%	4.579,49	5.392,97
16/07/16	134.688,57	1,005654	787,59	3,3062%	4.605,33	5.392,92
16/08/16	130.057,17	1,005654	761,55	3,4386%	4.631,40	5.392,95
16/09/16	125.399,56	1,005654	735,36	3,5812%	4.657,61	5.392,97
16/10/16	120.715,63	1,005654	709,03	3,7352%	4.683,92	5.392,95
16/11/16	116.005,19	1,005654	682,54	3,9021%	4.710,44	5.392,99
16/12/16	111.268,12	1,005654	655,91	4,0835%	4.737,07	5.392,98
16/01/17	106.504,28	1,005654	629,13	4,2814%	4.763,83	5.392,96
16/02/17	101.713,51	1,005654	602,19	4,4982%	4.790,78	5.392,97
16/03/17	96.895,64	1,005654	575,10	4,7367%	4.817,86	5.392,97
16/04/17	92.050,48	1,005654	547,86	5,0004%	4.845,17	5.393,03
16/05/17	87.177,97	1,005654	520,47	5,2933%	4.872,51	5.392,97
16/06/17	82.277,87	1,005654	492,92	5,6208%	4.900,10	5.393,02
16/07/17	77.350,08	1,005654	465,21	5,9892%	4.927,79	5.393,00
16/08/17	72.394,42	1,005654	437,35	6,4068%	4.955,67	5.393,01

Data Pagamento	Vna	Fator de Juros	J	Ta i	AM i	PMT
16/09/17	67.410,79	1,005654	409,33	6,8840%	4.983,63	5.392,96
16/10/17	62.398,93	1,005654	381,15	7,4348%	5.011,86	5.393,01
16/11/17	57.358,72	1,005654	352,81	8,0774%	5.040,21	5.393,02
16/12/17	52.290,04	1,005654	324,31	8,8368%	5.068,68	5.392,99
16/01/18	47.192,70	1,005654	295,66	9,7482%	5.097,34	5.392,99
16/02/18	42.066,54	1,005654	266,83	10,8622%	5.126,17	5.393,00
16/03/18	36.911,41	1,005654	237,85	12,2547%	5.155,13	5.392,98
16/04/18	31.727,13	1,005654	208,70	14,0452%	5.184,28	5.392,98
16/05/18	26.513,54	1,005654	179,39	16,4326%	5.213,59	5.392,98
16/06/18	21.270,46	1,005654	149,91	19,7751%	5.243,08	5.392,99
16/07/18	15.997,72	1,005654	120,27	24,7890%	5.272,73	5.393,00
16/08/18	10.695,18	1,005654	90,45	33,1456%	5.302,54	5.393,00
16/09/18	5.362,67	1,005654	60,47	49,8590%	5.332,51	5.392,98
16/10/18	0,00	1,005654	30,32	100,0000%	5.362,67	5.392,99